



CÓD: OP-131JL-23
7908403540037

PEDRA BRANCA-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA – CEARÁ

Professor Polivalente- PEB I

EDITAL Nº 127/2023

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto.	7
2. Argumentação.	7
3. Pressupostos e subentendidos.	8
4. Níveis de linguagem.	8
5. Ortografia e acentuação.	9
6. Articulação do texto: coesão e coerência.	11
7. Classes de palavras. Tempos, modos e vozes verbais.	12
8. Sintaxe. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação. Discurso direto e indireto.	18
9. Flexão nominal e verbal.	22
10. Concordância nominal e verbal.	27
11. Regência nominal e verbal.	29
12. Ocorrência da Crase.	30
13. Pontuação.	30
14. Equivalência e transformação de estruturas.	34

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.	45
2. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.	68
3. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.	68

Didática

1. Educação, escola, professores e comunidade.	71
2. Papel da didática na formação de educadores.	83
3. A revisão da didática.	86
4. O processo de ensino. Os componentes do processo didático: ensino e aprendizagem.	87
5. Aspectos fundamentais da Pedagogia.	93
6. Didática e Metodologia.	94
7. Disciplina, uma questão de autoridade ou de participação?	94
8. O relacionamento na sala de aula.	98
9. O processo de ensinar e aprender.	100
10. O compromisso social e ético dos professores.	100
11. O currículo e seu planejamento.	102
12. Teorias do currículo.	113
13. O Projeto Pedagógico da escola.	115

ÍNDICE

14. O Plano de Ensino e Plano de Aula. O planejamento escolar: importância. Requisitos gerais.....	123
15. Relações professor aluno: a atuação do professor como incentivador e aspectos socioemocionais.....	132
16. Os conteúdos de ensino. A relação objetivo-conteúdo-método.....	136
17. Avaliação da aprendizagem. Funções da avaliação. Princípios da avaliação.....	137
18. Superação da reprovação escolar.....	145
19. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394/96, de 20/12/96. Do Ensino Fundamental. Da Educação de Jovens e Adultos. Da Educação Especial.....	145
20. A LDB e a formação dos profissionais da Educação.....	162
21. Temas contemporâneos: bullying.....	162
22. o papel da escola.....	166
23. a escolha da profissão.....	167
24. Acesso, permanência com sucesso do aluno na escola.....	167
25. Gestão da aprendizagem.....	167
26. Planejamento e gestão educacional.....	168
27. Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem.....	169
28. O professor: formação e profissão.....	172
29. História da Educação Especial no Brasil e no mundo.....	174
30. Deficiência auditiva, visual, mental, físicas.....	174

Legislação Educacional

1. Lei nº 9.394/1996 e suas alterações (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).....	185
2. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	201
3. Constituição da República Federativa do Brasil (do art. 205 ao 214).....	241
4. Emenda Constitucional nº 53/2006.....	244
5. Decreto Federal nº 5.154/2004 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional).....	246
6. Lei nº 11.114/2005.....	247
7. Lei nº 11.274/2006.....	247
8. Lei Nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (novo FUNDEB).....	248
9. Lei nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021, promoveu, no final do ano, diversas modificações na Lei nº 14.113/2020 (novo FUNDEB).....	262
10. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014(Aprova o Plano Nacional de Educação).....	264
11. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular).....	266
12. Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – A escola no contexto das diferenças.....	274

Conhecimentos Específicos

Professor Polivalente - PEB I

1. Diferentes concepções de educação e didática. As diferentes concepções de educação. A importância da educação como processo de mudança.	279
2. Origem e concepção de didática. A didática e a formação do profissional da educação.	286
3. Contexto da instituição escolar. Escola: local de trabalho docente e processo de ensino.	286
4. Conceituação de ensino e aprendizagem. O papel do professor no processo de ensino e aprendizagem.	287
5. A formação do professor na sociedade. Profissão docente: compromisso e ética.	288
6. O aluno: sua dimensão cognitiva, socioeconômica, afetiva e cultural.	289
7. Revendo o espaço da sala de aula (espaço de “interações”).	292
8. Diferentes concepções sobre ensinar e aprender.	293
9. Trabalhando com projetos.	293
10. O professor e a utilização das novas tecnologias educativas.	293
11. Gestão do espaço e do tempo na escola.	295
12. Relações entre professor e aluno na sala de aula (inclusive aspectos étnico-raciais).	296
13. Organização curricular da escola.	300
14. O planejamento como instrumento de ação educativa.	302
15. Um plano de aula e seus componentes.	304
16. A utilização de jogos como ferramenta de trabalho pedagógico.	308
17. Construção da autonomia do aluno.	311
18. A avaliação como processo de construção do conhecimento.	313
19. Avaliações externas SPAECE/SPAECE alfa. ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização). Prova Brasil / Provinha Brasil.	314
20. Processos de alfabetização. PAIC. PNAIC. GEEMPA.	316
21. Educação infantil. Processos de desenvolvimento e aprendizagem nos seis primeiros anos de vida, de acordo com Piaget, Vygotsky e Wallon.	318
22. Concepção de criança, infância e educação infantil: evolução histórica.	325
23. Organização do espaço, do tempo e dos materiais para a educação da criança.	327
24. Função atual da educação infantil: educar e cuidar, ações indissociáveis na formação pessoal e social da criança na creche e na pré-escola.	329
25. O papel da linguagem, da arte, do brincar e do movimento nos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.	332
26. A leitura e a escrita na educação infantil: a importância da experiência com os diversos gêneros para o desenvolvimento da linguagem.	332
27. O currículo na educação infantil: linguagens corporal, oral e escrita, desenho, música, movimento, conceitos lógico-matemáticos, conceitos sobre o mundo natural e sociocultural, objetivos e atividades.	333
28. Princípios e características da avaliação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.	336
29. Temas contemporâneos: bullying, o papel da escola, a escolha da profissão.	339
30. A didática e o processo de ensino e aprendizagem.	339

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...**

ARGUMENTAÇÃO.

— Definição

Argumentação é um recurso expressivo da linguagem empregado nas produções textuais que objetivam estimular as reflexões críticas e o diálogo, a partir de um grupo de proposições. A elaboração de um texto argumentativo requer coerência e coesão, ou seja, clareza de ideia e o emprego adequado das

normas gramaticais. Desse modo, a ação de argumentar promove a potencialização das capacidades intelectuais, visto que se pauta expressão de ideias e em pontos de vista ordenados e estabelecidos com base em um tema específico, visando, especialmente, persuadir o receptor da mensagem. É importante ressaltar que a argumentação compreende, além das produções textuais escritas, as propagandas publicitárias, os debates políticos, os discursos orais, entre outros.

Os tipos de argumentação

— **Argumentação de autoridade:** recorre-se a uma personalidade conhecida por sua atuação em uma determinada área ou a uma renomada instituição de pesquisa para enfatizar os conceitos influenciar a opinião do leitor. Por exemplo, recorrer ao parecer de um médico infectologista para prevenir as pessoas sobre os riscos de contrair o novo corona vírus.

— **Argumentação histórica:** recorre-se a acontecimentos e marcos da história que remetem ao assunto abordado. Exemplo: “A desigualdade social no Brasil nos remete às condutas racistas desempenhadas instituições e pela população desde o início do século XVI, conhecido como período escravista.”

— **Argumentação de exemplificação:** recorre a narrativas do cotidiano para chamar a atenção para um problema e, com isso, auxiliar na fundamentação de uma opinião a respeito. Exemplo: “Os casos de feminicídio e de agressões domésticas sofridas pelas mulheres no país são evidenciados pelos sucessivos episódios de violência vividos por Maria da Penha no período em que ela esteve casada com seu ex-esposo. Esses episódios motivaram a criação de uma lei que leva seu nome, e que visa à garantia da segurança das mulheres.”

— **Argumentação de comparação:** equipara ideias divergentes com o propósito de construir uma perspectiva indicando as diferenças ou as similaridades entre os conceitos abordados. Exemplo: No reino Unido, os desenvolvimentos na educação passaram, em duas décadas, por sucessivas políticas destinadas ao reconhecimento do professor e à sua formação profissional. No Brasil, no entanto, ainda existe um *déficit* na formação desses profissionais, e o piso nacional ainda é muito insuficiente.”

— **Argumentação por raciocínio lógico:** recorre-se à relação de causa e efeito, proporcionando uma interpretação voltada diretamente para o parecer defendido pelo emissor da mensagem. Exemplo: “Promover o aumento das punições no sistema penal em diversos países não reduziu os casos de violência nesses locais, assim, resultados semelhantes devem ser observados se o sistema penal do Brasil aplicar maiores penas e rigor aos transgressores das leis.”

Os gêneros argumentativos

– **Texto dissertativo-argumentativo:** esse texto apresenta um tema, de modo que a argumentação é um recurso fundamental de seu desenvolvimento. Por meio da argumentação, o autor defende seu ponto de vista e realiza a exposição de seu raciocínio. Resenhas, ensaios e artigos são alguns exemplos desse tipo de texto.

– **Resenha crítica:** a argumentação também é um recurso fundamental desse tipo de texto, além de se caracterizar pelo juízo de valor, isto é, se baseia na exposição de ideias com grande potencial persuasivo.

– **Crônica argumentativa:** esse tipo de texto se assemelha aos artigos de opinião, e trata de temas e eventos do cotidiano. Ao contrário das crônicas cômicas e históricas, a argumentativa recorre ao juízo de valor para acordar um dado ponto de vista sempre com vistas ao convencimento e à persuasão do leitor.

– **Ensaio:** por expor ideias, pensamentos e pontos de vista, esse texto caracteriza-se como argumentativo. Recebe esse nome exatamente por estar relacionado à ação de *ensaiar*, isto é, demonstrar as proposições argumentativas com flexibilidade e despreensão.

– **Texto editorial:** dentre os textos jornalísticos, o editorial é aquele que faz uso da argumentação, pois se trata de uma produção que considera a subjetividade do autor, pela sua natureza crítica e opinativa.

– **Artigos de opinião:** são textos semelhantes aos editoriais, por apresentarem a opinião ao autor acerca de assuntos atuais, porém, em vez de uma síntese do tema, esses textos são elaborados por especialistas, pois seu objetivo é fazer uso da argumentação para propagar conhecimento.

PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS.**Definição**

Ao contrário das informações explícitas, que são expressadas pelo autor no texto, as informações implícitas não são expressadas da mesma forma. Em muitos casos, para que se faça uma leitura eficiente, é necessário que se vá além do que está mencionado, sendo necessário preciso inferir as informações de um texto, ou seja, decifrar suas entrelinhas.

Inferência: quer dizer concluir alguma coisa com base em outra já conhecida. Fazer inferências é uma habilidade essencial para a interpretação correta dos enunciados e dos textos. As principais informações que podem ser inferidas recebem o nome de subentendidas e pressupostas.

Informação pressuposta: é aquela cujo enunciado depende para fazer que consiga gerar sentido. Analise o seguinte exemplo: “Arnaldo retornará para casa?”. O enunciado, nesse caso, somente fará sentido se for levada em consideração que Arnaldo saiu de casa, pelo menos provisoriamente – e essa é a informação pressuposta. O fato de Arnaldo se encontrar em casa invalidará o enunciado. Observe que as informações pressupostas estão assinaladas por meio de termos e expressões expostos no próprio enunciado e implicam de um critério lógico. Desse modo, no enunciado “Arnaldo ainda não retornou para casa”, o termo “ainda” aponta que o retorno de Arnaldo para casa é dado como certo pelos enunciados.

Informação subentendida: diversamente à informação pressupostas, a subentendida não é assinalada no enunciado, sendo, portanto, apenas uma sugestão, isto é, pode ser percebida como insinuações. O emprego de subentendidos “camufla” o enunciado por trás de uma declaração, pois, nesse caso, ele não quer se comprometer com ela. Em razão disso, pode-se afirmar que as informações são de responsabilidade do receptor da fala, ao passo que as pressupostas são comuns tanto aos falantes quanto aos receptores. As informações subentendidas circundam nosso dia-a-dia nas anedotas e na publicidade por exemplo; enquanto a primeira consiste em um gênero textual cujos sentido está profundamente submetido à ruptura dos subentendidos, a segunda se baseia nos pensamentos e comportamentos sociais para produzir informações subentendidas.

NÍVEIS DE LINGUAGEM.**Definição de linguagem**

Linguagem é qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc. A linguagem é individual e flexível e varia dependendo da idade, cultura, posição social, profissão etc. A maneira de articular as palavras, organizá-las na frase, no texto, determina nossa linguagem, nosso estilo (forma de expressão pessoal).

As inovações linguísticas, criadas pelo falante, provocam, com o decorrer do tempo, mudanças na estrutura da língua, que só as incorpora muito lentamente, depois de aceitas por todo o grupo social. Muitas novidades criadas na linguagem não vingam na língua e caem em desuso.

Língua escrita e língua falada

A língua escrita não é a simples reprodução gráfica da língua falada, por que os sinais gráficos não conseguem registrar grande parte dos elementos da fala, como o timbre da voz, a entonação, e ainda os gestos e a expressão facial. Na realidade a língua falada é mais descontraída, espontânea e informal, porque se manifesta na conversação diária, na sensibilidade e na liberdade de expressão do falante. Nessas situações informais, muitas regras determinadas pela língua padrão são quebradas em nome da naturalidade, da liberdade de expressão e da sensibilidade estilística do falante.

Linguagem popular e linguagem culta

Podem valer-se tanto da linguagem popular quanto da linguagem culta. Obviamente a linguagem popular é mais usada na fala, nas expressões orais cotidianas. Porém, nada impede que ela esteja presente em poesias (o Movimento Modernista Brasileiro procurou valorizar a linguagem popular), contos, crônicas e romances em que o diálogo é usado para representar a língua falada.

Linguagem Popular ou Coloquial

Usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismo – erros de regência e concordância; barbarismo – erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonismo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua. A linguagem popular está presente nas conversas familiares ou entre amigos, anedotas, irradiação de esportes, programas de TV e auditório, novelas, na expressão dos estados emocionais etc.

A Linguagem Culta ou Padrão

É a ensinada nas escolas e serve de veículo às ciências em que se apresenta com terminologia especial. É usada pelas pessoas instruídas das diferentes classes sociais e caracteriza-se pela obediência às normas gramaticais. Mais comumente usada na linguagem escrita e literária, reflete prestígio social e cultural. É mais artificial, mais estável, menos sujeita a variações. Está presente nas aulas, conferências, sermões, discursos políticos, comunicações científicas, noticiários de TV, programas culturais etc.

Gíria

A gíria relaciona-se ao cotidiano de certos grupos sociais como arma de defesa contra as classes dominantes. Esses grupos utilizam a gíria como meio de expressão do cotidiano, para que as mensagens sejam decodificadas apenas por eles mesmos.

Assim a gíria é criada por determinados grupos que divulgam o palavreado para outros grupos até chegar à mídia. Os meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio, propagam os novos vocábulos, às vezes, também inventam alguns. A gíria pode acabar incorporada pela língua oficial, permanecer no vocabulário de pequenos grupos ou cair em desuso.

Ex.: “chutar o pau da barraca”, “viajar na maionese”, “galera”, “mina”, “tipo assim”.

Linguagem vulgar

Existe uma linguagem vulgar relacionada aos que têm pouco ou nenhum contato com centros civilizados. Na linguagem vulgar há estruturas com “**nóis vai, lá**”, “**eu di** um beijo”, “**Ponhei** sal na comida”.

Linguagem regional

Regionalismos são variações geográficas do uso da língua padrão, quanto às construções gramaticais e empregos de certas palavras e expressões. Há, no Brasil, por exemplo, os falares amazônico, nordestino, baiano, fluminense, mineiro, sulino.

Os níveis de linguagem e de fala são determinados pelos fatores a seguir:

O interlocutor:

Os interlocutores (emissor e receptor) são parceiros na comunicação, por isso, esse é um dos fatores determinantes para a adequação linguística. O objetivo de toda comunicação é a busca pelo sentido, ou seja, precisa haver entendimento entre os interlocutores, caso contrário, não é possível dizer que houve comunicação. Por isso, considerar o interlocutor é fundamental. Por exemplo, um professor não pode usar a mesma linguagem com um aluno na faculdade e na alfabetização, logo, escolher a linguagem pensando em quem será o seu parceiro é um fator de adequação linguística.

Ambiente:

A linguagem também é definida a partir do ambiente, por isso, é importante prestar atenção para não cometer inadequações. É impossível usar o mesmo tipo de linguagem entre amigos e em um ambiente corporativo (de trabalho); em um velório e em um campo de futebol; ou, ainda, na igreja e em uma festa.

Assunto:

Semelhante à escolha da linguagem, está a escolha do assunto. É preciso adequar a linguagem ao que será dito, logo, não se convida para um chá de bebê da mesma maneira que se convida para uma missa de 7º dia. É preciso ter bom senso no momento da escolha da linguagem, que deve ser usada de acordo com o assunto.

Relação falante-ouvinte:

A presença ou ausência de intimidade entre os interlocutores é outro fator utilizado para a adequação linguística. Portanto, ao pedir uma informação a um estranho, é adequado que se utilize uma linguagem mais formal, enquanto para parabenizar a um amigo, a informalidade é o ideal.

Intencionalidade (efeito pretendido):

Nenhum texto (oral ou escrito) é despretensioso, ou seja, sem pretensão, sem objetivo, todos são carregados de intenções. E para cada intenção existe uma forma de linguagem que será compatível, por isso, as declarações de amor são feitas diferentes de uma solicitação de emprego. Há maneiras distintas para criticar, elogiar ou ironizar. É importante fazer essas considerações.

ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO.

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K, W e Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES.

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

- **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

- **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	~	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>~p</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ^ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																

Disjunção Inclusiva	v	p ou q	p	q	p v q
			V	V	V
			V	F	V
			F	V	V
			F	F	F
Disjunção Exclusiva	∨	Ou p ou q	p	q	p ∨ q
			V	V	F
			V	F	V
			F	V	V
			F	F	F
Condicional	→	Se p então q	p	q	p → q
			V	V	V
			V	F	F
			F	V	V
			F	F	V
Bicondicional	↔	p se e somente se q	p	q	p ↔ q
			V	V	V
			V	F	F
			F	V	F
			F	F	V

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

p	q	Disjunção $p \vee q$	Conjunção $p \wedge q$	Condicional $p \rightarrow q$	Bicondicional $p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo:
(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

- () Certo
- () Errado

Resolução:

$P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

R	Q	P	[P	v	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo
Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhosos!
- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

– Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.
 s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Exemplos:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:
 - “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
 - A expressão $x + y$ é positiva.
 - O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.

DIDÁTICA

EDUCAÇÃO, ESCOLA, PROFESSORES E COMUNIDADE.

A instituição escolar na sociedade contemporânea

A educação tem a finalidade de promover a formação de pensadores, a finalidade de educar a emoção e de expansão e desenvolvimento da inteligência. A análise aqui apresentada é embasada em pesquisa bibliográfica e parte da premissa de que a escola é uma instituição responsável pela produção de um bem ou serviço imprescindível à sociedade.

O produto da escola ou o resultado do serviço é o sujeito educado, dotado de competência técnica, comprometimento social, com conhecimento dos pressupostos científicos, enfim dotado de condições de intervir qualitativamente na realidade, e exercer sua cidadania.

Esses são requisitos que a sociedade contemporânea exige da escola. Mas será que a escola está desenvolvendo nos sujeitos as aptidões necessárias para intervir na realidade? Como é avaliado o resultado do serviço prestado pela escola? Frente a estes questionamentos se eleger uma problemática primordial: A função da instituição escolar de hoje corresponde aos anseios da sociedade de hoje? Estas indagações permeiam o presente Artigo e a busca por respostas levaram a empreender a análise da conjuntura educacional com foco na escola pública e a proposição de alternativas para a busca pela excelência na educação.

A educação e a Instituição Escolar

“A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos” (SAVIANI, 2000, p 15). Afirmar isso significa dizer que para se compreender a natureza da educação precisamos compreender a natureza humana.

O humano distingue-se dos demais seres vivos pela sua capacidade de adaptar a natureza a si, transformando-a, enquanto os demais seres vivos adaptam-se a ela. O humano precisa produzir a todo instante sua existência enquanto os demais seres vivos, adaptando-se, têm sua existência garantida.

Por isso o ser humano é o único ser histórico, pois apenas ele vive em perpétua transformação, pelo passado que guarda na memória e pelo projeto do futuro. Sua unidade existencial o torna único e insubstituível. Segundo Kant, “é o único ser cuja existência é um valor absoluto, é um fim em si e não um meio para outras coisas”.

Ao transformar a natureza o humano produz trabalho e é o trabalho que o diferencia, a partir do momento em que planeja a ação e tem consciência desse ato. O humano é, portanto criador de sua própria “humanidade”.

O humano não se contenta apenas com a satisfação das necessidades naturais. Além de sobreviver ele deseja estar bem. Por isso busca sempre novos objetivos que vão além da satisfação das necessidades naturais.

Tornamo-nos humanos pela educação. É pela educação que aprendemos a ordenar o mundo, apreendemos as verdades da comunidade, enfim, nos socializamos, ou seja, adquirimos uma forma de pensar, falar, agir, segundo os ditames da cultura em que estamos inseridos. Apesar de acharmos que nossas posturas são naturais na verdade tudo o que somos é apreendido ao longo da nossa existência.

Como afirma RODRIGUES (1992, p 39) “A educação é do tamanho da vida. Não há começo. Não há fim. Só há travessia. E se queremos descobrir a verdade da educação, ela terá que ser descoberta no meio da travessia”.

Assim faz sentido afirmar que a educação começa já na concepção, continua após o nascimento e vai pelo resto da vida. Implica, portanto um constante reeducar-se e uma permanente auto-educação. Aprendemos a sermos humanos através do convívio com os demais membros da nossa comunidade.

Tanto é verdade que crianças que foram perdidas ou abandonadas na selva em tenra idade não aprenderam a ser seres humanos, desenvolveram andar quadrúpede, dentes mais pronunciados, não falavam, apenas uivavam e grunhiam. Nada aprenderam e com o contato com a sociedade, quando levadas ao convívio social, na adolescência, logo morreram, as que chegaram a idade adulta não conseguiram um desenvolvimento pleno. É, portanto pelo processo educacional primário que nos tornamos seres humanos.

Independente da concepção de educação, independente das influências que o local atribui para a elaboração destas concepções podemos considerar como grande conquista deste século a ideia de que “não existe idade para a educação, de que ela se estende pela vida e que não é neutra”. (GADOTTI, 1997, p 34)

Nas culturas ditas “primitivas” o processo de aprendizagem é natural. A herança cultural é transmitida informalmente por qualquer membro da tribo às novas gerações pela vivência entre adultos e crianças.

Já nas culturas “civilizadas” houve a ampliação do conhecimento e a divisão entre os indivíduos com base na economia e gerou também a divisão do saber. Aí surgiu a Escola como responsável pela transmissão do conhecimento às novas gerações.

Até o século XVI as crianças precisavam abandonar sua casa para receber educação escolar, que era ministrada por mestres, isoladamente do ambiente familiar, causando uma grande perda emocional, provocada por essa distância. Após isso a escola se difundiu e as crianças passaram a voltar para casa após o período de aula e a escola assumiu a estrutura que tem hoje.

LA TAILLE, (1992, p 33) fala que na sociedade contemporânea a escola adquire especial importância e as relações nela estabelecidas são imprescindíveis na construção dos processos psicológicos dos sujeitos. Na situação de ensino-aprendizagem a intervenção pedagógica leva o educando a desenvolver avanços que não ocorreriam espontaneamente.

“A importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre os outros como forma de promover desenvolvimento articulada-se com o postulado básico de Vygotsky a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento da criança”.

(LA TAILLE, 1992, p 33).

Essa intervenção que se dá pelo adulto durante o ato educativo propicia o acesso dos sujeitos ainda imaturos da cultura letrada ao conhecimento. Essa intervenção, que chamamos de diretividade é condicionada pelas opções ideológicas que o educador faz, ciente disso ou não.

Nas culturas civilizadas a escola deu conta da transmissão do conhecimento sistematizado às novas gerações e os docentes eram os grandes responsáveis por essa transmissão. Isso serviu aos ideais daquela sociedade.

Mas como vai a instituição escolar e principalmente como vai a educação escolar nos dias atuais? Como esta intervenção está se dando. São essas indagações que o educador não pode se eximir de fazer, se deseja que sua ação docente seja reflexiva.

Análise da conjuntura educacional

Para empreender uma análise da função da escola na contemporaneidade se faz necessário a priori lançar um olhar analítico sobre o momento atual em que nos encontramos, numa perspectiva sócio-histórica, uma vez que a sociedade dos novos tempos demanda por uma escola nova.

A grande questão que envolve a eficácia da escola de hoje é que ela não é uma escola para hoje, mas para o ontem, incapaz de servir aos interesses da sociedade aberta, global e complexa em que vivemos.

Como saber se as obrigações sociais da escola estão sendo eficazmente cumpridas? Que critérios usamos para definir a qualidade de uma determinada escola? Existe uma escola ideal? Que requisitos podem servir de indicadores de qualidade da educação escolar? O que se espera de uma escola para que ela seja considerada boa?

A instituição escolar, uma das mais antigas e sólidas dentre as instituições, atravessou séculos, testemunhou mudanças de sistemas econômicos e mudanças em modelos civilizacionais. Hoje, porém as análises conjunturais da esfera educacional formal são desoladoras. Segundo GOHN (2001, p.07): “A rede escolar é avaliada como atrasada e ineficiente em todos os sentidos (cobertura, processo de gestão, qualificação profissional dos recursos humanos, resultados, infra-estrutura física, etc.)”.

Diz-se que um sistema de ensino é bom se ele conseguir exprimir com clareza o que se espera dele. Percebe-se, entretanto, que as escolas desconhecem o que se espera delas. E a sociedade espera muito da escola.

Excluem-se da escola os que não conseguem aprender, excluem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e contar e excluem-se, finalmente, do exercício da cidadania esses mesmos cidadãos porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa (BARRETO, 1994, p 59)

A sociedade contemporânea, também denominada Sociedade Informática, cibercultura, ou pós-modernidade desloca o saber para o saber/fazer. Independente do rótulo, incontestavelmente os tempos são outros e demandam por uma escola diferente, assim como exige posturas também diferentes dos profissionais da educação.

Hoje as grandes verdades não mais dão conta de explicar a realidade. A sociedade contemporânea perdeu a dimensão teleológica. O fim ideal nunca chega. Os processos levam continuamente a novos processos. Cai por terra a crença de que o mundo é regido pela linearidade, como uma receita, em que primeiro se faz isso, depois aquilo e se tem o resultado esperado. A sociedade pós-moderna apresenta um ritmo inédito na história, em que o tempo é o atual, o aqui e o agora.

Na falta de verdades absolutas, prosperam incertezas textuais. O mundo não vai parar para que se busque soluções. É necessário pensar as soluções no processo.

Isso tem relevantes implicações para a educação escolar, pois com o advento da sociedade pós-moderna a acessibilidade à informação se disseminou. A informação está na internet, na televisão, nas revistas, no celular, com todo o dinamismo e rapidez. E a figura do professor, único detentor do conhecimento, que marcou o início da instituição escolar se distancia cada vez mais.

O uso de novas tecnologias em situações de aprendizagem

Nos dias atuais os diversos tipos de mídia se misturam e formam novos ambientes de trabalho e lazer, enfim criam uma nova realidade, que está disponível a quem dela necessitar.

As novas tecnologias e seu uso em sala de aula ou em ambientes de aprendizagem de modo geral leva a reflexão de quanto o ser humano evoluiu ao longo da sua trajetória. Até o mais rudimentar artefato utilizado pelos nossos antepassados pode ser considerado como um alicerce para a chegada ao maravilhoso mundo de desenvolvimento tecnológico que se tem hoje.

A tecnologia está presente nas tarefas mais simples do dia a dia, mesmo nas que não são perceptíveis. A linguagem do rádio, televisão, revistas, internet permeiam a sociedade contemporânea, mas a escola ainda opera com linguagem escrita. Em inúmeras escolas públicas os recursos estão restritos à sala de Tevé Escola ou laboratórios de Informática, que por vezes mantêm-se ociosos. Não é por menos que muitos dos indivíduos ainda se encontrem alijados do mundo tecnológico.

É necessário, porém que se estabeleçam limites que definam a questão do uso correto das Tecnologias de Informação e Comunicação. Não se trata, de substituir a intervenção do professor/a, mas de servir de base para que os diferentes recursos tecnológicos seja alicerçado o conhecimento. Quanto a isso, Cortelazzo, que afirma que:

Os professores devem trabalhar com seus alunos não só para ajudá-los a desenvolverem habilidades, procedimentos, estratégias para coletar e selecionar informações, mas, sobretudo, para ajudá-los a desenvolverem conceitos. Conceitos que serão a base para a construção de seu conhecimento. (CORTELAZZO, 2006, p 18)

A inquietude é uma característica do sujeito pós moderno e isso deve ser aproveitado pela escola para que o aluno queira buscar informações e construir o conhecimento. Antes de tudo a postura do professor deve ter um quê de inquietude, que possa instigar a busca pelo novo.

A escola provedora de informação já não responde à demanda da nova sociedade. A escola para a sociedade da informação é a que desperta nos alunos e alunas os mecanismos necessários para lidar com o imenso volume de informações a que são diariamente submetidos. Acesso a conteúdos os alunos têm. Cabe à escola desenvolver no aluno o desejo de querer ter essas informações e poder transformá-las em conhecimento.

Educação escolar para a excelência

“Educação não transforma o mundo.

Educação muda pessoas.

Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire

A escola tem a função instrucional, que é a função de preparar os indivíduos para o mundo do trabalho. Tem ainda a função socializadora, que mesmo sem muita ênfase no preparo dos profissionais da educação para desenvolvê-la, esta função acaba acontecendo pelo próprio convívio espontâneo.

“Como mediação para a apropriação histórica da herança cultural a que supostamente têm direito os cidadãos, o fim último da educação é favorecer uma vida com maior satisfação individual e melhor convivência social. A educação, como parte da vida, é principalmente aprender a viver com a maior plenitude que a história possibilita. Por ela se toma contato com o belo, com o justo e com o verdadeiro, aprende-se a compreendê-los, a admirá-los, a valorizá-los e a concorrer para sua construção histórica, ou seja, é pela educação que se prepara para o usufruto (e novas produções) dos bens espirituais e materiais”. (PARO, 2001, p 37-38).

Então, em resumo, da escola é exigida a formação de indivíduos com competência técnico-administrativa, porém não é só isso. É também é exigida da escola de hoje a formação de cidadãos comprometidos que não se alienem do momento histórico, social, econômico e político, que sejam fazedores da sua história.

Para tanto se faz necessário mudanças educacionais profícuas que incorporem, além das funções clássicas, a função de estimular inteligências e gerenciar seu pensamento e sua existência.

A educação escolar deve ter por finalidade a formação humana. Não basta formar para o trabalho, ou para a sobrevivência, como parece entender os que consideram a escola apenas como um instrumento para prepara para o mercado de trabalho ou para entrar na universidade.

Diante de problemas reais não podemos nos limitar às fórmulas vazias aos conteúdos desconectados da realidade. A escola deve preparar para a própria vida, não para o futuro, mas para o viver bem, isto é, para o desfrute de todos os bens criados socialmente pela humanidade. É preciso que a escola seja prazerosa e alegre para seus alunos desde já.

A primeira condição para propiciar isso é que a educação se apresente enquanto relação humana dialógica, que possa garantir a todos os envolvidos as condições de desenvolvimento como protagonista do processo educativo.

Como podemos concluir, fala-se muito na deterioração da escola pública a partir da sua maciça expansão nos últimos trinta anos. Ouve-se rumores de que a escola de hoje não cumpre as funções sociais que cumpria anos atrás.

A superação da deterioração a que a escola está sujeita passa pela compreensão de que a instituição escolar, em especial a escola pública, é uma instituição eminentemente social que, em virtude disso exige um esforço coletivo e não de apenas um professor, para enfrentar suas dificuldades, pelo fato destas dificuldades não serem isoladas a um professor e sim dificuldades de uma instituição que precisa de mudanças para responder ao que a sociedade contemporânea demanda.

O mundo mudou, a escola precisa mudar, e o professor precisa fazer parte dessa mudança e principalmente alavancar essas mudanças a partir da sua práxis cotidiana, pois é no dia-a-dia de sala de aula que as coisas acontecem.

A postura do docente perante seus alunos tem de mudar frente ao novo contexto. De único detentor do saber, ele deve passar a ser intermediário entre o conhecimento acumulado e a curiosidade e necessidade do aluno. O professor deve instigar essa curiosidade, como se diz, deve fazer o aluno querer, para então saciar o interesse.

A conclusão desta breve análise é de que a escola provedora de informação já não responde à demanda da nova sociedade e, portanto, cumpre parcialmente a função a que se destina. Para que atinja plenamente o que se espera desta instituição ela carece de desenvolver meios de despertar nos sujeitos os mecanismos necessários para lidar com crescente volume de informações disponíveis, transformando-as em conhecimento que seja significativo para a vida.

A instituição escolar e a comunidade

Na sociedade atual, a educação tem saído cada vez mais dos muros da escola e alcançado outros espaços sociais. Esse é um cenário desafiador para os educadores, pois eles precisam repensar a prática pedagógica.

Um assunto que ganhou relevância nos últimos anos é a relação entre escola e comunidade. Hoje em dia, a parceria com as famílias não é mais o único objetivo da gestão escolar. Construir uma relação positiva com a população do entorno também é importante para o desenvolvimento da escola infantil e dos alunos.

Essa relação entre a escola e a família é sobretudo nos dias de hoje, uma das mais palpitantes questões discutidas por pesquisadores e ou gestores dos sistemas e unidades de ensino em quase todo o mundo. Segundo Montandon e Perrenoud (1987: 7), “de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família”. A Relação escola- família tem trazido muitas discussões entre os intelectuais da época, pois é um fato que tem que ser discutido com muita precisão, sendo imprescindível para toda a clientela escolar.

Todavia, é fundamental a participação da família na escola, pois ela restaura muitos pontos que muitas vezes, os educadores não conseguem fazer sozinhos. Entretanto, as condições de vida precária que é imposta à maioria da população faz com que tenhamos um obstáculo nesse papel.

A ação da família é, no entanto, uma ação complementar à da Escola e a ela subordinada, porque se desconfia da competência da família para bem educar; na verdade, no mais das vezes, afirma-se que a família não consegue mais educar os seus filhos. A esse respeito, o grande problema, detectado nas páginas das revistas e dos jornais, é que os pais não se interessam em particular, pela escola, pois dela estão afastadas.

“É impossível educar nas escolas quando os pais de nossos alunos são eles próprios mal-educados; por conseguinte, qualquer tentativa nossa para educar estas crianças as poriam em atrito com os pais e parentes e, por meio destes, conosco, educadores. (ano II, nº 15, 1926, p. 207 – Internet)

Para termos uma sociedade educada, é preciso em primeiro lugar, educar os pais, para que esse entendimento já venha registrado desde casa, porque não é possível educar os filhos se os pais não forem educados. (Didática Geral, p. 17).

Educação não se confunde com escolarização, pois a escola não é o único lugar onde a educação acontece. A educação também se dá onde não há escolas. Em todo lugar, existem redes e estruturas

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

LEI Nº 9.394/1996 E SUAS ALTERAÇÕES (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL)

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

IV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

TÍTULO III Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI - alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 1ºA prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 2ºO cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência)

§ 3ºAs instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo.(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 4ºO disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019)

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

XI - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Polivalente - PEB I

DIFERENTES CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E DIDÁTICA. AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE MUDANÇA.

— Principais Concepções de Educação

É necessário que todo educador possua uma ideia clara de educação, contudo, tal conceito não é definido numa única perspectiva, mas sim em várias, dependendo sobretudo da base psicológica de apoio ou do tipo de aprendizagem. Pode ainda ser definido em sentido amplo e estrito¹.

A educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades. O sentido amplo abrange a educação ao longo da vida do ser humano, enquanto, o sentido estrito corresponde às ações educativas que ocorrem na sala de aulas entre o professor e os alunos.

Dentre as várias perspectivas da concepção de educação, evidenciam-se três fundamentais cuja classificação tem como critério a forma como se dá a aprendizagem, seja ela por recepção, por autoconstrução ou por construção guiada. Tais formas por sua vez se alicerçam respectivamente nas teorias psicológicas comportamentalista (Skinner), humanista (Rogers) ou psico – construtivista (Piaget) e sócio – construtivista (Vygotsky).

Os fundamentos psicológicos da educação constituem o ponto de partida em que se deduzem uma determinada teoria de ensino e sua prática consequente, eles governam todo o processo de ensino, implicando a necessidade de encaixar de forma justa e coerente teorias de aprendizagem e prática pedagógica. Para que o ensino seja uma técnica fundamentada, a prática docente necessita uma explicação científica, e esta explicação a oferece a Psicologia.

A teoria de aprendizagem explica o processo que segue o sujeito que aprende. Descobrir este processo implica uma certa normatividade para o ensino. Pelo que ademais tem uma importância fundamental a explicação do processo já que na educação os processos são mais importantes que os resultados.

As Aprendizagens podem ser classificadas segundo o grau de planificação e estruturação da informação em:

- **Receptiva:** O aluno recebe a informação previamente estruturada pelo professor, deste modo, o professor é o único que tem a responsabilidade de investigar e estruturar a matéria, elaborando resumos que posteriormente fornece aos seus alunos. Tal como o seguinte esquema:

$$P \text{ (professor)} + M \text{ (matéria)} \xrightarrow{\text{transmissão}} A \text{ (aluno)}$$

- **Por descoberta autônoma:** O aluno é quem investiga e estrutura a informação com facilitação do professor, enfatiza-se apenas a interação entre o aluno e a matéria. O conhecimento é concebido

¹ REGO, Amancio Mauricio Xavier. *EDUCAÇÃO: concepções e modalidades*. SCIENTIA CUM INDUSTRIA, V. 6, N. 1, PP. 38 — 47, 2018.

como resultado da ação que se passa entre o sujeito e um objeto, mas resulta da interação entre ambos. Pode ser representado no esquema abaixo:

$$A \text{ (aluno)} + M \text{ (matéria)} \xleftarrow{\text{facilitação}} P \text{ (professor)}$$

- **Por descoberta guiada:** O aluno é quem investiga e estrutura a informação com mediação do professor, enfatiza-se tanto a interação entre o aluno e a matéria, como a interação social entre o aluno e o professor ou colegas, o que pode ser esquematizado da seguinte forma.

$$A \text{ (aluno)} + M \text{ (matéria)} \xleftarrow{\text{mediação}} P \text{ (professor)}$$

Educação na perspectiva Conductista ou Comportamentalista

Na aprendizagem receptiva entende-se a educação no sentido amplo como sendo um processo de transmissão de conhecimentos e atitudes de gerações adultas para gerações novas, e no sentido estrito como um processo de transmissão de conhecimentos e atitudes aos alunos pelo professor. É nesta linha de pensamento que se integra o conceito de que, a educação é um processo que consiste na transmissão aos alunos de um conjunto de conhecimentos e valores sociais acumulados pela comunidade científica, como verdades universais, verdades estas, que geralmente, estão dissociadas da experiência dos alunos e das realidades sociais.

A educação na perspectiva conductista se caracteriza pela transmissão de saberes técnicos mediante um adestramento experimental centrado no reforço. E ainda, o conceito de que a educação é o ensino dos conteúdos pelo professor e aquisição passiva pelo aluno de conhecimentos, atitudes e hábitos difundidos pelas civilizações.

Apresentam-se os recursos utilizados nessa concepção de modelo pedagógico, caracterizada essencialmente pelo magistrocentrismo, com exposição por parte do professor, memorização e repetição por parte do aluno. Como classes expositivas, atividades individuais e de grupo, geralmente repetitivas, encaminhadas a aquisição de objetivos operativos e automatismos diversos, condutas observáveis e medíveis, importância das técnicas de modificação da conduta já que, com frequência, se utilizam métodos para mudar, fomentar ou reforçar uma conduta, assim como para conseguir outras.

Trata-se de uma concepção de educação, que tem o estímulo ambiental como fator de aprendizagem, que considera o aluno como um ser moldável que aprende recebendo conhecimentos. Enfatiza a avaliação da conduta moral (quietude, obediência) e técnica.

É uma concepção de educação que privilegia métodos didáticos centrados no professor, tais como o expositivo e o demonstrativo, nos quais as atividades do professor concentram-se em explicar, ditar e dar exercícios, enquanto as dos alunos são de observar, ouvir ou escutar, anotar, responder, exercitar ou repetir, decorar ou memorizar.

Essa concepção de educação integra-se no modelo educativo tradicional e conductista ou tecnicista, que se apoia na base psicológica do conductismo ou comportamentalismo, em que por sua vez, a programação curricular baseia-se nos objetivos operativos ou nos comportamentos observáveis e na aprendizagem memorística.

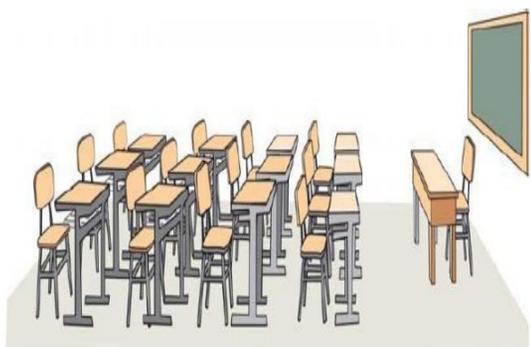
Considera-se uma ideia de educação que estabelece um tipo de relação de comunicação ao nível da sala de aulas caracterizado, pelo controlo do conhecimento por parte do professor, que é o único a tomar decisões e a controlar, pelo papel receptivo – passivo do aluno, pela existência de uma comunicação linear e pela inexistência de relações entre os alunos. Outras características da relação de comunicação desta concepção de educação têm como falas:

Normalmente, os professores preferem dispor as carteiras (mesas e cadeiras) em filas e colunas. Esta disposição mais tradicional da organização do espaço da sala de aula era de tal forma considerada benéfica, em épocas anteriores, que as filas das carteiras estavam presas ao chão.

No entanto, revela ser a mais adequada para situações nas quais os alunos devem concentrar a sua atenção no professor, na informação escrita no quadro ou projetada, quer durante a exposição de um tema quer durante o trabalho individual no lugar.

O entendimento da educação como um processo de transmissão do conhecimento ao aluno permite determinar a organização das carteiras na sala de aulas, que geralmente encontram-se dispostas em filas e colunas, não favorecendo a interação face a face nem o trabalho em equipe nos alunos, o que por sua vez não garante o desenvolvimento de competências sociais e do espírito de tolerância nos alunos. Tal organização das carteiras encontra-se representada na figura abaixo.

• **Modelo de classe na Concepção Conductista da Educação**



<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/scientiacumindustria/article/viewFile/5844/pdf>

Educação na perspectiva Humanista e Psico –cognitiva

Na aprendizagem por descoberta autônoma ou pura compreende-se a educação no sentido amplo como um processo de desenvolvimento intelectual do ser humano e no sentido estrito como um processo de facilitação da autoconstrução de conhecimentos e atitudes nos alunos pelo professor.

Nesta perspectiva de educação o professor não comanda o processo de aprendizagem, mas é antes um facilitador da atividade do aluno, predomina a não – diretividade, pela qual o mestre não dirige, mas cria as condições de atuação da criança.

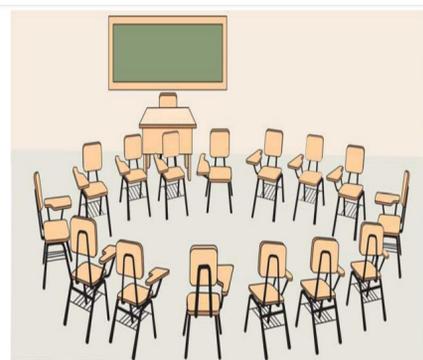
Esta forma de educação constitui-se como um processo no qual o aluno vai construindo gradualmente o conhecimento da realidade segundo um modelo próprio, ele vai organizando e relacionando o novo conhecimento com os previamente adquiridos e em seguida armazena o novo conhecimento na estrutura mental. Dentre as características integrantes desta concepção de educação destacam-se o aprender a aprender, pedocentrismo (aluno como centro do ensino), o privilégio do processo de descoberta do conhecimento em detrimento da transmissão de conteúdos.

Apresentam-se ainda como características, o princípio do aprender – fazendo (metodologia ativa e criativa), tornando-se o professor apenas um facilitador da aprendizagem, a dinâmica de grupo em que dez a quinze pessoas interagem sob a observação de um monitor, que intervém no mínimo possível para dissolver as relações de autoridade que surgem. Logo, evidencia-se como método didático deste modelo de educação o trabalho independente quer ao nível de cada aluno ou de grupos de alunos, como no caso de experimentação, atividade individual, análise e síntese individual de dados ou informações.

Por conseguinte, a concepção de educação como um processo de facilitação da autoconstrução do conhecimento no aluno integra-se no modelo educativo Humanista de Rogers e Psico – cognitivo de Piaget, que tem a inteligência ou esquemas mentais como fator de aprendizagem, que considera o aluno como um ser pensante capaz de construir o seu conhecimento ao interagir com o ambiente de aprendizagem e que enfatiza a avaliação do comportamento escolar (atitude na aula, síntese da matéria, organização, realização de tarefas escolares).

Nesta concepção de educação estabelece-se na sala de aulas um tipo de relação de comunicação no qual o conhecimento está no grupo, o professor funciona como animador estimulando e dinamizando os alunos durante a realização das atividades, os alunos podem organizar-se livremente, a relação professor – aluno é individual e permanente e as inter-relações entre alunos são livres. As carteiras são organizadas em círculo, o que melhora a interação livre entre alunos, porém reduz a distância emocional entre eles e impede o professor de se movimentar livremente, conforme mostra a figura a seguir.

• **Modelo de classe na Concepção Humanista e Psico – cognitiva da Educação**



<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/scientiacumindustria/article/viewFile/5844/pdf>

Educação na perspectiva Sócio – cognitiva

Na aprendizagem por descoberta guiada a educação é compreendida no sentido amplo como sendo um processo de desenvolvimento integral do ser humano, no sentido estrito a educação é vista como um processo de mediação da construção de conhecimentos e atitudes nos alunos pelo professor. Constitui um conceito de educação que corresponde a pedagogia histórico – crítica, considerada como uma nova formulação teórica da educação, na qual a educação é entendida como mediação no seio da prática social global.

Nesta linha de pensamento insere-se o conceito de que a educação é o processo que visa orientar o educando para um estado de maturidade que o capacite a encontrar-se conscientemente com a realidade, para, nela, atuar de maneira eficiente e responsável, a fim de serem atendidas necessidades e aspirações pessoais e coletivas. Esta concepção de educação relaciona-se com o método de ensino semi indireto, que se distingue dos outros porque, nele os participantes interagem entre si, é lançada a discussão e há troca de opiniões sobre o problema, mas continuam ligados ao formador, papel fundamental enquanto orientador e regulador da dinâmica formativa.

É uma concepção de educação em que cabe ao professor guiar o aluno na construção do conhecimento. É fulcral orientar o aluno na análise de situações – problema propondo-lhe questões que o farão explorar diversos percursos e recursos para realizar/resolver a tarefa que lhe é pedida.

O caminho faz-se caminhando, mas não deve ser solitário, o que também não significa que seja dado. Sendo assim, nesta concepção de educação encontram-se os métodos cooperativos, defendidos por Vygotsky e Paulo Freire.

São métodos centrados no aluno e no professor, nomeadamente, o trabalho coletivo, grupos de discussão ou debate, a pesquisa grupal e a problematização. Nesses métodos as atividades do professor consistem em expor um problema ou situação da comunidade ligado ao conteúdo, dar questões ou tema e bibliografia, ensinar a estudar e a debater, formar grupos de estudo, guiar a aprendizagem, orientar debates e opinar, por sua vez, as atividades dos alunos resumem-se em analisar problemas ou informações, pesquisar soluções, estudar em grupos, debater, expor resultados de pesquisa.

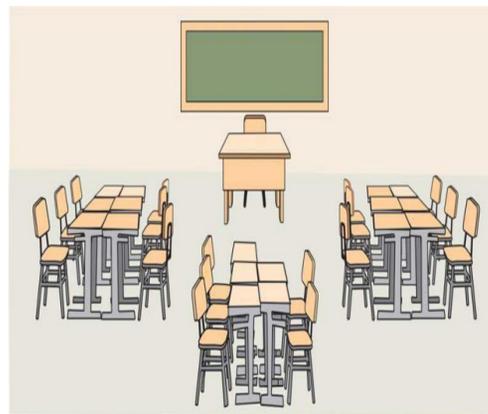
Esta concepção de educação corresponde ao modelo educativo integrador (por incluir princípios do modelo conductista e psico – cognitivo) ou sócio – cognitivo, que tem como fator de aprendizagem a interação social, em que o aluno é visto como um ser pensante e social que constrói o seu conhecimento ao interagir com o professor e colegas sobre a matéria e enfatiza-se a avaliação do comportamento escolar e social (ajuda, iniciativas de projetos sociais). Destacam-se as seguintes características do modelo integrador:

- Utiliza, em determinados momentos, o modelo conductista (ocasiões mais escassas em que o uso deste modelo se faz necessário);
- Adquirem especial importância as relações de comunicação em que professor e aluno, cada um de sua situação, se sentem igualmente protagonistas;
- Trata-se não de que só o aluno seja protagonista (purocentrismo) ou o professor (métodos tradicionais) mas de que sejam ambos, tendo cada um suas próprias iniciativas e ações.

Trata-se de uma concepção de educação que estabelece uma relação interativa na sala de aulas, em que o conhecimento se encontra no professor e no material (livro), o professor é orientador e facilitador da aprendizagem, os alunos se colocam em grupo seguindo as tarefas a realizar e consultam a documentação livremente, e as comunicações são livres e estão baseadas no trabalho em equipe.

E ainda, as carteiras são organizadas em grupos de 4 ou 6 alunos, o que permite a realização escolar, a tolerância e a aceitação da diversidade e o desenvolvimento de competências sociais, na medida em que os alunos dialogam sobre a matéria e se ajudam mutuamente na compreensão da mesma, como mostra a figura abaixo.

• **Modelo de classe na Concepção Sócio – cognitiva da Educação**



<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/scientiacumindustria/article/viewFile/5844/pdf>

— A Concepção de Educação na Atualidade

A educação deve ser vista como um processo triplicado, que ao mesmo tempo permite a humanização, a socialização e a singularização da pessoa por meio da apropriação da herança cultural. O Homem é um ser pensante e social, ele não é um ser autômato que age sem questionar, assim, não parece razoável considerar a educação como um mero processo de transmissão de conhecimentos do